

**O fenômeno da violência contra a mulher no assentamento Mandacaru/Sumé-PB: uma análise sobre as múltiplas expressões e a rede de proteção****The Phenomenon of Violence Against Women in the Mandacaru / Sumé-PB Settlement: An Analysis of eultiple expressions and the Safety Net**

DOI:10.34117/bjdv5n10-333

Recebimento dos originais: 27/09/2019

Aceitação para publicação: 28/10/2019

**Maria do Livramento Mamede Bezerra**

Graduada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Campina Grande  
Endereço: Rua Ayres da Cunha, apartamento 31-D – Mauricio de Nassau – Caruaru- PE- Brasil.  
Email: marialivramento53@hotmail.com

**Josean da Silva Lima Junior**

Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Campina Grande  
Endereço: Avenida Mário Alvares Pereira de Lyra, 905, Bloco 5, apartamento 306- Iputinga-  
Recife- PE- Brasil  
Email: joseanjuniorsume@gmail.com

**Valdonilson Barbosa dos Santos**

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco  
Endereço: Rua Maestro Antônio Josué de Lima, 288,conjunto habitacional Pedro Ferreira Filho-  
Sumé-PB- Brasil  
Email: valdonilson.santos@uol.com.br

**RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo desvendar o fenômeno da violência contra a mulher no contexto das comunidades rurais do município de Sumé-PB, em suas múltiplas expressões, e a eficácia da rede de proteção a partir da perspectiva das mulheres rurais, gestores e profissionais que atuam no referido município. A pesquisa pode ser definida como qualitativa e descritiva. Para fins de análise, foram fontes de dados os áudios transcritos dos grupos focais a serem realizados em três Agrovilas do Assentamento Mandacaru/Sumé-PB, município que tem uma carência muito grande de estudos sobre as violências de gênero. Fez uma análise sobre essas violências, explorando o que as mulheres pensam e explicam sobre as práticas violentas de gênero, como simbolizam sua posição e papel no contexto familiar. Respondendo as seguintes questões: Existe rede de apoio institucional para as mulheres que sofrem violência conjugal nas comunidades rurais do município de Sumé estudadas? Qual a rede de proteção existente para a mulher rural em situação de violência doméstica e intrafamiliar? Qual o conhecimento e acesso à Lei Maria da Penha pelas mulheres rurais? Quais as violências sofridas pelas mulheres que vivem no meio rural? Dessa forma, obtiveram-se subsídios teóricos e práticos que vieram aprofundar o conhecimento e informações sobre a problemática social da violência contra a mulher em contexto rural que se constitui dentro de um vasto leque de situações que, por sua vez, implicam em subjetividades, valores e cultura, mas também em questões mais estruturais, a exemplo das condições de pobreza e desigualdades.

**Palavras-chave:** Violência contra mulher, Rural, Rede de apoio.

## ABSTRACT

This research aims to unveil the phenomenon of violence against women in the context of rural communities in the municipality of Sumé-PB, in its multiple expressions, and the effectiveness of the safety net from the perspective of rural women, managers and professionals who work in that municipality. Research can be defined as qualitative and descriptive. For purposes of analysis, data sources were transcribed audios of focus groups to be performed in three Agrovilas Settlement Mandacaru / Sumé-PB, a municipality that has a very lack of studies on gender violence. She analyzed these violence, exploring what women think and explain about violent gender practices, as they symbolize their position and role in the family context. Answering the following questions: Is there an institutional support network for women who suffer marital violence in the rural communities of the municipality of Sumé? What is the existing safety net for rural women in situations of domestic and intrafamily violence? What is the knowledge and access to the Maria da Penha Law for rural women? What are the violence suffered by women living in rural areas? Thus, we obtained theoretical and practical subsidies that deepened the knowledge and information about the social problem of violence against women in rural context that is constituted within a wide range of situations that, in turn, imply subjectivities, values and culture, but also on more structural issues, such as conditions of poverty and inequality.

**Keywords:** Violence against women, Rural, Support network.

## 1 INTRODUÇÃO

As preocupações sociais e políticas e, sobretudo, a produção teórica feminista revelaram os limites da utilização de certas categorias descontextualizadas, abrindo espaço para uma sinalização quanto à necessidade de estudos específicos. Evitando, assim, tendências a generalizações e premissas preestabelecidas; exaltando a observação da heterogeneidade das experiências, incorporando, assim, toda a complexidade do processo histórico.

Nesse sentido, Joan Scott (1991) se destacou ao compreender gênero enquanto construção social e uma categoria de análise relacional, ou seja, que abrangesse as relações entre homens e mulheres e pôr fim ao determinismo biológico que procurava explicar as relações de gênero através de traços genéticos inerentes a cada indivíduo.

Assim, o conceito de gênero ganha um sentido englobador das relações humanas, na medida em que dá espaço para as reflexões sobre a importância de se compreender as características do masculino como elemento fundamental para as explicações das diferenças de gênero. Entender as complexas relações de gênero implica, a partir de então, analisar tanto as diversas formas de tornar-se homem como também de tornar-se mulher.

Entende-se, aqui, que a diferenciação de gênero, estabelecida entre homens e mulheres, age pela organização simbólica e prática dos usos diferenciados do corpo (mobilidade e postura) e dos

ritos que efetuem a virilização dos homens e a feminização das mulheres (Bourdieu, 1999, p.21). No nível dessa efetuação, percebesse que a violência de gênero corporifica as diferenças de gênero.

Explicar o fenômeno da violência tem envolvido um esforço sobre humano. Exigindo de muitas áreas do conhecimento um esforço analítico importante no sentido de explicar e enfrentar o problema da violência, em especial da violência conjugal. Esse esforço vem trazendo contribuições significativas quanto a explicação da violência. É evidente que nenhuma tentativa traz por completo uma explicação acabada, completa, inquestionável, mas aponta para possibilidades que merecem destaque e que não devem ser descartáveis em hipótese alguma. Começamos, então, nosso breve passeio por algumas explicações importantes quanto a questão da violência conjugal, em particular.

Num sentido amplo de explicação da violência Marilena Chauí traz um viés explicativo interessante. Segundo ela, a violência nega a autonomia à parte da relação submetida, nega-lhe a possibilidade de ser sujeito, de construir-se e constituir-se como capaz de autonomia na relação. A violência apresenta-se como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa; as relações de força materializam a violência porque coisificam pessoas, indivíduos.

Tomando por base a explicação acima se percebe que há uma ênfase na ideia de anulação do sujeito. Levando-nos a crer que o lado vítima da violência torna-se objeto de outrem. Tornando-se dessa forma passiva diante da relação. Essa perspectiva, de uma forma ou de outra, permeia as análises sobre a violência conjugal.

Em se tratando de violência conjugal inúmeros são os trabalhos que contribuíram para a explicação de tal fenômeno. Vamos agora passar por alguns, sabendo que muitos estudos serão omitidos ou por falta de acesso ao que foi produzido, ou por mera escolha dos textos.

A violência pode assumir tanto a forma física, caracterizada pela ocorrência de empurrões, tapas, murros, queimaduras, ameaças com arma mortal, cárcere privado, entre outros; como também as formas de: violência emocional, caracterizada por humilhações que objetivam diminuir e, até, acabar com a autoestima da companheira, ameaças e acusação de traição; violência sexual, quando ocorre a imposição, de relações sexuais com outras pessoas, de práticas sexuais que não agradam e que coloca em risco a saúde da companheira, críticas ao desempenho sexual.

Já para Soares (2009) não se pode pensar em violência contra a mulher em episódios isolados e discretos, mas num processo contínuo e repetitivo. Dessa forma, a violência apresenta-se como cíclica. O ciclo da violência, conforme apresenta a autora, é composto de três fases distintas. A primeira fase, a de construção da tensão, caracteriza-se pela ocorrência de agressões verbais, ciúmes, ameaças, destruição de objetos. Nessa fase, a mulher acredita ser capaz de controlar a situação, mostrando-se dócil, prestativa e culpada, atribuindo a si própria a responsabilidade pelos atos do marido, desenvolvendo, inconscientemente, um processo constante de autoacusação. Na segunda

fase, a tensão aumenta, atingindo seu ponto máximo. Surgem, então, agressões mais agudas, os ataques tornam-se mais graves e o processo experimentado na fase anterior torna-se inadministrável. Essa fase é mais breve, sendo seguida pela terceira fase, denominada de lua de mel. Após terem cessado os ataques violentos, o agressor torna-se temeroso de perder a companheira, mostrando remorso, proferindo promessas, jurando não repetir as agressões e implorando perdão. Tem início, então, um período de calmaria, sem a tensão acumulada na primeira fase e descarregada na segunda fase.

A questão da violência não tem um ponto de partida explicativo. Pode-se partir de análises que tomam como base o comportamento, o universo simbólico, as significações que permeiam o fenômeno, mas também aqueles que tomam como base para explicar o tal fenômeno a dimensão estrutural da sociedade. Até porque a violência apresenta-se também em sua dimensão estrutural. Para Loïc Wacquant (2003), por exemplo, a violência estrutural deve ser analisada a partir da combinação de dois processos sociais: a polarização de classes em razão das desigualdades sociais e a segregação racial. Esses dois elementos combinados produziram o que ele chama de “dualização da metrópole”. Essa violência estrutural, por sua vez, poderia causar um processo perverso multifacetado, no qual se destacariam três eixos: desemprego crônico, estigmatização social e racial e exílio. A expressão final dessa violência teria como resultante a vulnerabilidade de um segmento que já se encontra, por questões etárias, num grau elevado de fragilidade.

Essa lógica de explicação é estendível a explicação da violência conjugal na medida em que fatores estruturais (econômicos, sociais, culturais, políticos) contribuem decisivamente na perpetuação da violência. Aspectos estes que certamente serão também privilegiados no processo da pesquisa que ora nos propomos a desenvolver.

Nessa linha de pensamento podemos destacar um elemento estrutural desencadeador da violência conjugal que leva os homens a se tornarem violentos para com sua família: o desemprego, e que se apoiam no álcool após se desesperarem frente ao não surgimento de uma atividade laboral. Essa perspectiva torna-se muito importante porque traz à tona a configuração de uma realidade social que interfere decisivamente nas esferas das relações conjugais. Mas esse tipo de abordagem não se esgota em si mesma. Existem perspectivas outras que privilegiam a dimensão do comportamento, do universo simbólico, da lógica interna das relações sociais.

Nesse universo, sem dúvida, o trabalho de Gregori (1993) é um marco importante na tentativa de explicar a violência conjugal ao romper com o dualismo explicativo que colocava automaticamente os homens na pecha de agressores violentos e as mulheres de vítimas passivas. Para ela, nos argumentos feministas a mulher aparece como ser passivo, ou melhor, vitimado. Para fugir dessa armadilha Gregori (1993, p. 200) afirma: “para realizar uma análise mais rica sobre essas

relações de poder é preciso investigar o ‘lado’ dos homens, não tomando o masculino como dado, mas também como uma identidade que se constitui na trajetória, na vivência”.

Outra tentativa interessante de explicar a violência conjugal, em especial, a violência contra mulher Amaral (2002, p. 133-134) afirma que as mulheres parecem assumir uma inferioridade culturalmente inscrita nos corpos, sendo a violência contra elas e sua relação com autores da violência indicador da subordinação feminina. Ou seja, “agredidas, elas estão submetidas a uma ordem de dominação masculina, são levadas a crer que o estado de ordem da violência é natural e aceitável. Em um sistema de relações sociais com estruturas androcêntricas, estas se objetificam em estruturas cognitivas e simbólicas que inscrevem nos corpos e nas mentes dos indivíduos a subordinação feminina”.

Um aspecto muito interessante apontado por Soares (2009) corresponde à divisão existente entre os estudos da violência envolvendo o cenário das relações conjugais, familiares e de gênero.

Os estudos que trabalham com a perspectiva da violência contra a mulher implicam automaticamente em limitar os atores envolvidos, estabelece quem são as vítimas e os algozes, diagnostica suas causas (o patriarcalismo e a dominação de gênero) e, com isso, antecipa soluções, como as que têm sido preconizadas pelos movimentos de mulheres: criminalização e punição dos culpados. O foco, nesse caso, se concentra sobretudo nos agentes e não nas dinâmicas e nas relações.

Deve-se abordar a violência conjugal na sua complexidade de elementos, articulando-os com a vida doméstica e comunitária, sem reduzir o problema a nenhum fator isolado. Nem tampouco na individualização do problema.

Em consonância com a perspectiva de Soares partimos para a ideia de que pressupor a violência unidirecional implica em desconsiderar a vitimização masculina, ou seja, “não se trata de negar que as mulheres são mais afetadas pela violência íntima do que seus parceiros, mas de escapar justamente da armadilha reiterativa, que se expressa na recusa em levar em conta os dois termos do casal, como se a premissa da vitimização feminina fosse suficiente para reafirmar sua prevalência” (Soares, 2009, p. 147).

A lei Maria da Penha é fruto das perspectivas que trabalham sobre o viés da violência contra a mulher. Ela (a lei) está vinculada ao paradigma penal isso implica o aumento de penas para os casos de lesão corporal, no âmbito doméstico, e da prisão em flagrante para os autores de violência doméstica contra a mulher.

Premissas que estruturaram a Lei (Soares, 2009):

- 1) A concepção de que a violência doméstica é unidirecional (ou, ao menos, de que apenas a violência dos homens contra as mulheres é relevante e merece consideração);

- 2) A noção de que o patriarcalismo, o machismo, a misoginia representam a linha de força que explica a violência intrafamiliar;
- 3) A ideia de que beneficiar exclusivamente as mulheres e excluir os homens do texto da Lei se justifica pelo princípio compensatório, dado que elas teriam sido historicamente prejudicadas por legislações que banalizam a violência e estimulavam a impunidade.
- 4) A visão de que todo o ato de agressão contra uma vítima feminina é a expressão de um mesmo e único fenômeno: a “violência contra a mulher”.

Diante disso surge um problema de legitimidade da Lei: a mesma lesão corporal praticada por uma mulher contra seu parceiro será tratada por uma legislação (a Lei 9.099/95), enquanto aquela sofrida por ela ficará no âmbito da Lei Maria da Penha.

Tendo como suporte essa literatura especializada, pretendemos pesquisar a partir de algumas questões norteadoras ou hipóteses que nos guiarão para responder: Existe rede de apoio institucional para as mulheres que sofrem violência conjugal nas comunidades rurais do município de Sumé estudadas? Qual a rede de proteção existente para a mulher rural em situação de violência doméstica e intrafamiliar? Qual o conhecimento e acesso à Lei Maria da Penha pelas mulheres rurais? Quais as violências sofridas pelas mulheres que vivem no meio rural?

## **2 OBJETIVOS GERAL**

Desvendar o fenômeno da violência contra a mulher no contexto das comunidades rurais no município de Sumé-PB, em suas múltiplas expressões, e a eficácia da rede de proteção a partir da perspectiva das mulheres rurais, gestores e profissionais que atuam no referido município.

## **3 ESPECÍFICOS**

1. Mapear a rede de apoio formal e informal existente à mulher nas Agrovilas do Assentamento Mandacaru/Sumé-PB;
2. Verificar o conhecimento destas mulheres sobre a Lei Maria da Penha e a forma de acesso aos serviços da rede de proteção;
3. Conhecer a experiência das mulheres rurais com a Lei Maria da Penha e os fatores que contribuem para a denúncia ou não denúncia desta violência.

## **4 MATERIAIS E MÉTODOS**

A pesquisa pode ser definida como qualitativa e descritiva (MARCONI & LAKATOS, 1999). Para fins de análise, serão fontes de dados os áudios transcritos dos grupos focais realizados nas Agrovilas do Assentamento Mandacaru, no município de Sumé.

Grupos focais podem ser definidos enquanto uma “técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. [...] Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais.” (GONDIM, 2002). Os grupos terão a duração de média de uma hora e serão coordenados pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa. Faremos uso de gravadores e os grupos focais serão feitos num local escolhido pelo grupo de mulheres que se habilitarem a participar da pesquisa.

Com isso, pretendemos apreender os significados dos discursos dos sujeitos, considerando os aspectos subjetivos, visto que objetivamos compreender os significados das práticas dos sujeitos através de suas falas, ou seja, buscar uma “compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas” (Goldenberg, 2000, p. 19), ou ainda, a busca do significado das ações dos indivíduos considerando o contexto social de inserção (Minayo, 1994, 2004; Goldenberg, 2000; Haguette, 1997; Demo, 1995; Becker, 1995).

Essa perspectiva permitirá partir do princípio de que as mulheres vítimas da violência são atores sociais que muito podem ajudar para a compressão do fenômeno da violência conjugal.

Além da técnica de grupo focal, faremos uso de entrevistas do tipo semiestruturadas com mulheres em situação mais crítica de violência conjugal, por constituírem uma porta de acesso a essa realidade social, visualizando o jogo complexo das múltiplas interpretações produzidas pelos discursos. O uso, portanto, dessa modalidade de entrevista permitirá uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais, possibilitando a apreensão e compreensão das condutas sociais; como também abrindo a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas por eles e, finalmente, porque as entrevistas são instrumentos privilegiados de acesso às experiências dos atores (Poupart, 2008). As entrevistas serão gravadas para tornar mais acessível os discursos dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A captação da voz desses sujeitos nos possibilitará captar os detalhes da fala e a totalidade do discurso. Resumir-se as anotações feitas no ato da entrevista levaria a um processo seletivo maior do que é dito. Daí a importância do uso de gravações, claro que isso não inviabiliza destacar que em alguns momentos da pesquisa o uso de gravadores pode não ser possível. O contexto da pesquisa e os sujeitos envolvidos serão importantes no sentido do consentimento do uso de gravadores e as possíveis gravações das entrevistas.

Segundo dados do IBGE 2010 a população residente – Rural no município de Sumé é de 3.824 pessoas, sendo 2.075 homens e 1.749 mulheres. Mas, como pretendemos focalizar a amostra em mulheres que sofreram algum tipo de violência conjugal, não vamos fechar a quantidade de exata de mulheres pesquisadas. Entretanto, o uso da técnica de grupo focal pode nos ajudar a definir o tamanho



da amostra. Isso porque faremos dois grupos focais por comunidades, cada grupo terão o número de 10 mulheres, assim ao final terão participado da pesquisa 20 mulheres. No entanto, não importa a quantidade, mas a qualidade dos discursos.

Por se tratar de um tema delicado sabe-se que não será tarefa fácil o recrutamento de informantes, havendo, certamente, possíveis resistências em participar do processo de pesquisa. Nesse sentido, o próprio campo também direcionará as estratégias de abordagem e sensibilização quanto ao recrutamento de informantes para a pesquisa. Por esta razão, a dinâmica da pesquisa também indicará o número suficiente de mulheres que serão entrevistadas, sendo a saturação do discurso o critério utilizado no sentido de confirmação dessa quantidade de informantes. Além disso, todas as informantes assinarão um termo de compromisso, cujo objetivo é deixar claro o objetivo da pesquisa, o sigilo das identidades pessoais e o caráter acadêmico que será aplicado aos dados coletados.

Referente ao método biográfico ou história de vida tem por finalidade fazer uma interconexão entre a particularidade individual e o contexto social, através do qual se pode “conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que o viveram” (Lang, 2001: 96). A *observação in locus*, então, funcionará como estratégica de enriquecimento, complementação e captura dos “imponderáveis da vida real” nos dizeres de Malinowski (1978) e dos “interstícios da subjetividade dos sujeitos, apreendidos através dos sentimentos expostos nos semblantes, gestos e silêncios, revelando informações que vão além das próprias falas”, nos dizeres de Mendes (2005).

Dessa forma, pretende-se obter subsídios teóricos e práticos que venham aprofundar o conhecimento e informações sobre a problemática social da violência contra a mulher em contexto rural que se constitui dentro de um vasto leque de situações que, por sua vez, implicam em subjetividades, valores e cultura, mas também em questões mais estruturais, a exemplo das condições de pobreza e desigualdades.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Inicialmente se fez a leitura de alguns livros, com a finalidade de obter conhecimento teórico, abordados no projeto, entre os meses de agosto (2017) e outubro (2017). As principais leituras foram:

1. Norma Técnica de Padronização: das delegacias especializadas de atendimento às mulheres – DEAMS.

Elaboração: Ministério da Justiça

2. O poder do macho.

Autora: Heleieth Saffioti



3. Lei Maria da Penha: do papel para a vida  
Autoras: Soraya Fleischer e Guacira César de Oliveira

4. O que é violência contra a mulher?  
Autoras: Maria Amelia de Almeida Teles e Mônica de Melo

A Norma Técnica de Padronização: das delegacias especializadas de atendimento às mulheres, Cartilha explicativa sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e a Lei Maria da Penha: do papel para a vida, trazem em seu enredo a **Lei Maria da Penha**, relatando o que foi estabelecido pela nova legislação, se atendo no conteúdo constitucional e internacional dos direitos humanos das mulheres. Mencionando os tratados e recomendações internacionais dirigidas ao Estado brasileiro e os principais conceitos, diretrizes e princípio introduzidos ou enfatizados pela Lei Maria da Penha.

“A Lei Maria da Penha é, portanto, um marco na proteção dos direitos humanos das mulheres, porque reconheceu a violência contra as mulheres como uma violação de direitos humanos, estabeleceu medidas para sua proteção, assistência e punição e possibilidade de reeducação dos agressores”. (SPM-PR, MJ/SENASP e UNODC, 2010, p. 12).

“A Lei busca promover uma real mudança nos valores sociais, que naturalizam a violência que ocorre nas relações domésticas e familiares, em que os padrões de supremacia masculina e subordinação feminina, durante séculos, foram aceitos por toda a sociedade. Neste cenário é que a Lei apresenta, de maneira detalhada, os conceitos e as diferentes formas de violência contra a mulher, pretendendo ser um instrumento de mudança política, jurídica e cultural” (FLEISCHER; OLIVEIRA, 2009, p. 19).

A Lei nº 11.340/2006, trouxe a segurança presente e futura para mulheres violentadas e que as mesmas vivam suas vidas no direito de ir e vir sem nenhum resquício de ser agredidas por seu agressor.

Conforme salienta a Norma Técnica e conforme a previsão constitucional (2010, p.22), as DEAMS têm como o estudo, o planejamento, a execução e o controle privativo das funções de Polícia judiciária, bem como a apuração das infrações penais, com exceção das militares e aquelas de competência da União. À Polícia compete, portanto, desempenhar a primeira fase da repressão estatal, de caráter preliminar á persecução processual penal, oferecendo suporte às ações de força ordenadas pela autoridade judiciária.

As delegacias são consideradas a porta de entrada para a rede pública de atendimento as vítimas, como também um elo na busca do direito das mulheres que estão regidas na Lei.

O livro “O poder do macho” já descreve como é a discriminação contra a mulher e o negro, na sociedade brasileira, trazendo referências a outras nações para mostrar que não só o Brasil existe preconceitos, mas como também países desenvolvidos e como os mesmos lidam nessas situações. A autora apresenta em alguns trechos do livro letras de músicas populares brasileiras, onde os autores descrevem em suas estrofes os sofrimentos de sua vida cotidiana e com isso extrai reflexões importantes que nossa sociedade sofre.

Outro livro importante que também aborda sobre a violência contra mulher, que tem como tema “O que é violência contra a mulher?”, no qual trata sobre os vários tipos de violência, discriminação e preconceito; assédio sexual, estupro, lesões corporais, ameaças e assassinatos; a proteção legislativa nacional e regional, a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, as políticas públicas do estado e da sociedade civil.

“A violência pode ser compreendida como uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoa, reprimindo e ofendendo física ou moralmente” (ALMEIDA; MELO, 2012, p.15).

Em seguida, nos dias 20, 21 e 25 de Novembro de 2017 foi comemorado o Dia Internacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, realizado pelo Coletivo Viva Mulher, onde no dia 20 por ser uma segunda-feira de maior movimento no comércio da cidade, foi realizada a caminhada pelas ruas, tendo como propósito a reivindicação do fim da violência contra as mulheres, no dia seguinte realizou-se uma capacitação de tecendo redes para o atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo curtas metragens sobre a Lei Maria da Penha, participação de uma representante da secretaria da mulher do governo da Paraíba, das escolas da cidade e agentes que lidam diretamente com mulheres em situação de violência, tais como, policiais militares, Creas, Cras, agente de saúde, etc. No dia 25 teve a participação do Coletivo Viva Mulher no evento dos Secas, neste momento foram recitadas poesias e evidenciado o significado desta data comemorativa.

Desde o início do projeto foram realizadas reuniões com o grupo Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero e Sexualidade (NEGES), onde se discutiu temas em relação à diversidade humana, como a sociedade brasileira lida com as questões de preconceito e violência, contudo, quais os atos realizados no Brasil em relação a esses fenômenos.

Nessas reuniões surgiu a ideia de realizar um evento no dia 8 de março, que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, com o intuito de mostrar as conquistas das mulheres nas áreas políticas, cultura e profissional, além de ressaltar os acontecimentos de violência contra a mulher e também mostrar sobre a diversidade de gênero. Portanto, foi definido que o encontro será nos dias 8 e 9 de março, onde terá em sua programação podendo ter alterações, tais como:

- ✓ Rodas de conversas
  - Mulheres e Políticas Públicas: uma análise das demandas ao Cras - Rio Tinto -PB;
  - Ser Mãe e Pesquisadora: estudos etnográficos com crianças, adolescentes e jovens trans;
  - Pensando Etnografia: notas sobre gênero, sexualidade e mulheres trans;
  - Uma etnografia brada entre Drag Queens do Recife – PB.
- ✓ Exibição de Curtas
  - Travestis do Rio Tinto – PB.
- ✓ Palestras
  - Mulher e política;
  - Judith Buther.
- ✓ Performance
  - Dentro do meu corpo: presunto é desejo
- ✓ Oficinas

#### Corpos, cidades e afetos

- ✓ Sarau Cultural
  - Coletivo Cultural Lidera Cariri;
  - Bandas musicais.

Nos meses de dezembro (2017) e fevereiro (2018) foram feitas as leituras de artigos sobre estratégias metodológicas de pesquisa, pois as próximas atividades do projeto será coletar dados dos grupos focais e tendo em vista isso, precisasse saber como lidar com essas mulheres violentadas e extrair informações importantes voluntariamente.

Os artigos descrevem primeiramente as orientações da condução do método dos grupos focais, tendo inicialmente a forma de confirmação das hipóteses e avaliação das teorias, em seguida dirige-se para o uso dos achados em contexto particulares. Essas duas etapas juntas se dividem em três modalidades focais, a exploratória, a clínica e a vivenciais.

A exploratória está voltada para a parte teórica do tema abordado em estudo, onde pode levar a novas hipóteses e interpretação dos dados. O clínico se dirige para as crenças, a resistência das pessoas a falar sobre o assunto abordado, observar o comportamento do outro, e a modalidade vivencias é no entendimento da linguagem do grupo, nas formas de comunicação e no impacto das estratégias no grupo. Por fim, são feitas algumas considerações sobre as possibilidade e limites de uso desta técnica de pesquisa.

Entre os meses de março (2018) e maio (2018) foram realizadas as entrevistas com o grupo de mulheres nas agrovilas, no qual elaborou-se um roteiro das quais atividades e perguntas que melhor abordavam o assunto de violência contra mulher, com o intuito de que o grupo de mulheres se sentissem a vontade de abordar o assunto e relatasse a violência sofrida por elas.

Essas entrevistas aconteceram por intermédio de uma facilitadora que conhece e trabalha com projetos voltados diretamente com essas mulheres, sendo assim, possibilita que as mesmas tenham mais facilidade de relatar os acontecimentos de violência.

A entrevista começou com o canto de uma música, onde a mesma trazia uma reflexão sobre como as mulheres devem se unir para que juntas alcancem os direitos buscado por elas. Posteriormente, foram feitas perguntas, tais como, o que significa violência contra mulher, como os conjugue se comportavam em relação quando as mulheres precisavam viajar para eventos relacionados aos projetos do campo que estavam envolvidas, como elas abordavam esse assunto, se sabiam quais medidas deviam tomar se vissem ou sofressem violência, como deve ser a convivência em um relacionamento, como elas lidam com essas diferenças de homem e mulher, principalmente por serem do campo e quais os tipos de redes de apoio que existe para apoiar-las em situações de violência.

A primeira pergunta abordada foi em relação de como os conjugue se comportavam quando suas mulheres precisavam viajar para eventos relacionados aos projetos do campo que estavam envolvidas. Com isso, as mulheres relataram que seus maridos não reclamavam por causa dessa situação e que também a ajudavam nos serviços domésticos enquanto estavam fora.

Em seguida foi abordado o assunto relacionado aos homens saírem pra se divertir nos finais de semana, sendo assim, foi indagado se as mulheres faziam a mesma coisa ou ficavam em casa nos afazeres domésticos. Algumas mulheres relataram que ficavam em casa e não via mal nessa situação, já outras mulheres falaram que não abdicavam de sair de casa no final de semana e saíam com seus maridos mesmo sendo para assistir jogos de futebol, sabendo que ainda existe preconceito de mulheres de família participar de eventos dessa modalidade, principalmente na comunidade que elas vivem, tendo uma criação de que mulher tem um dever de cuidar do lar e não participar das atividades dos homens.

Posteriormente foram respondidas por elas as frases que estavam expostas nos cartazes, umas delas era “se dá o respeito”, para elas o significado dessa frase é se você respeitar as outras pessoas com suas opiniões, suas diferenças, suas culturas, consequentemente vão receber respeito de volta e o mundo seria um pouco melhor. Advinda dessa discussão, umas delas começou a relatar sobre o seu relacionamento, em relação ao seu conjugue gostar de beber e ela não, que inicialmente ele reclamava por ela não o acompanhar nos bares, devido ela ter sido criada por uma família conservadora e não

ter costume de sair pra os bares, com o passar do tempo o seu marido foi respeitando esse seu jeito e também até os próprios amigos dele.

Por fim outra mulher falou sobre o respeito pelas crianças, devido quando os mais velhos estão conversando de assunto de linguagem mais robusta e pedem para as crianças não ficarem no mesmo local, por ela, isso é um ato de respeitar as fazes de uma pessoa.

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho foi alcançado, à medida que foi possível analisar os áudios das mulheres violentadas, com a finalidade de obter dessas mulheres relatos sobre violências e desigualdades entre homens e mulheres, e com isso, se elas têm algum apoio nessas situações.

Observou-se no decorrer das entrevistas que as mulheres têm receio de relatar o que sofrem, com medo de que seus companheiros saibam do relato e com isso passem a violenta-las ainda mais.

Nos áudios analisados, observou que as mulheres sofrem violência por causa de um fator muito comumente na região, de elas serem criada como submissa dos homens e que eles tenham total domínio sobre elas. Outro fator importante para gerar essas situações de preconceito, é elas serem do campo, onde as pessoas têm um conceito já concreto de que, as mesmas não têm escolaridade avançada e também de seus membros não quererem mulher trabalhando no campo.

Portanto, conclui-se que cada vez mais os estudos sobre violência contra a mulher são importantes, principalmente por elas não ter muito apoio do município e as situações que agravam a violência seja analisado, com isso buscar soluções para ajudar as vítimas e diminuir essas violações.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. Violência em Delegacias da Mulher no Nordeste. In.: CORRÊA, Mariza... [et al]. Gênero e Cidadania. Campinas, SP, PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República. Rede de enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em:

<<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM-Rede-Enfrentamento-VCM-2011.pdf>>. Acesso em: 26 Jan. 2015.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

FLEISCHER, Soraya; OLIVEIRA, Guacira César, *Lei Maria da Penha: papel para a vida*, Goiás: Gráfica Brasil, 2019.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v.12, n. 24, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2002000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 Jan. 2015.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GONDIM, Sônia Maria Guedes, *Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos*, *Paidéia*, p. 149-161.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCONI, M. de A; Lakatos, E. M. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. In: DESLANDES, Suely et al. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Suely de. Nem homem gosta de bater, nem mulher de apanhar: fortalecendo a rede de proteção. In: CASTILLO, Martín Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). Marcadas a ferro: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O Negócio do Michê: a prostituição viril*. São Paulo: POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In.: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Violência contra a mulher e violência doméstica. In.: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, v. 13, n.4, p.82-91, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1987.

SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1991.

SOARES, Barbara Musumeci. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminho? In.: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Orgs.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SPM-PR,MJ/SENASP e UNODC, *Norma técnica de padronização: das delegacias especializadas de atendimento às mulheres – DEAMS*, Brasília: Ministério da Justiça, 2010.



WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003.